

Peemedebistas escolhem hoje o relator da Sistematização

Lula Marques

Janio de Freitas

A crise

Se os fatos não amparam a tese de que a tumultuada situação nacional, com seu reflexo de inquietações generalizadas por todos os setores e quadrantes, deve-se a uma crise de conteúdo político, a alternativa existente no mercado de idéias é a tese, mais difundida ainda, de que o país está submerso em uma crise econômica.

Mesmo que estejam corretos os que negam prenúncios de recessão e creem na queda progressiva da inflação, é incontestável que a vida econômica do país está sendo varrida por problemas de todas as ordens e grandezas, recentes uns e outros que já deveriam figurar nas classificações da arqueologia. A despeito disso, dentre eles não se identifica um só que não pudesse ter já configuração oposta à atual, mesmo que muitos se mantivessem distantes da solução completa, se submetido à ação de governo —entendida esta como a manifestação de empenho determinado e consistente por parte de quem é governo.

Quando há carências intransponíveis, seja qual for sua natureza, na combinação de quantidades que vem a ser a vida econômica, o problema é mesmo econômico. Mas não é este o fundo da situação presente, na qual não sobressai um só problema que não seja passível de reversão, desde que enfrentado pela ação governamental. Logo, cada uma das dificuldades tomadas como problema econômico é, de fato, ausência de administração a ela aplicada. E a crise, que já não era política, não é também econômica, mas crise de administração. Não há outra crise no Brasil além desta: a crise de governo.

Tida por tantos como gerador da desordem atual na economia, o estágio crítico da dívida externa é, ao contrário, eloquente denúncia da ausência de administração como origem das perturbações econômicas e sociais. Ninguém de bom-senso negará que o atual impasse em torno da dívida só existe porque o governo desperdiçou as esplêndidas condições de negociação ocorridas no ano passado. E que o recurso à moratória, à parte as intenções de utilizá-la, também para efeitos de política interna, foi ditado pelo descontrole administrativo sobre as reservas em dólar, por sua vez esbanjadas pela falta de administração sobre importações a pretexto de suprir o mercado interno, elas próprias realizadas por falta de administração sobre os problemas de abastecimento gerados pelo ágio, a sonegação e as práticas especulativas.

Existe, aliás, exemplo mais gritante do que a dívida externa para ilustrar, em definitivo, a crise de administração que o Brasil enfrenta: é o extermínio do Plano Cruzado, pela inércia e pela incompetência. Nem merece mais palavras.

Diante das imensuráveis expectativas de reforma criadas pela mudança de regime e de governo, Sarney fez a política e o governo dos não-reformistas. Já era o bastante para a multiplicação das reivindicações de caráter social e econômico. A isto acrescentou a geração ou agravamento de problemas por falta de administração, de governo. E eis a crise.

Quando o Brasil conquistar um governo a crise acaba.

Da Sucursal de Brasília

O senador Fernando Henrique Cardoso (SP), 55, e os deputados Pimenta da Veiga (MG), 39, e Bernardo Cabral (AM), 54, disputam, a partir das 9h de hoje, na bancada do PMDB, o cargo de relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte. Cardoso decidiu disputar o cargo depois de uma reunião com o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, que terminou às 22h de terça-feira. Durante o encontro, ele condicionou sua participação ao adiamento, por um dia, da eleição que estava marcada para as 9h da manhã de ontem.



Cardoso obteve o adiamento, após uma reunião com os demais candidatos, realizada ontem pela manhã no auditório Nereu Ramos, na Câmara. Também participaram da reunião o líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas, o senador Albano Franco (MG), o líder na Câmara, deputado Luiz Henrique, e o deputado Manuel Moreira (SP). Um pouco antes das 11h, chegou o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Cardoso elogiou a decisão de se levar a disputa à bancada e disse que, para participar, precisava de mais 24 horas. Cabral e Pimenta concordaram e a eleição foi adiada para as 9h de hoje. A eleição para a presidência e vice-presidência da Comissão de Sistematização será às 17h de hoje.

Os três candidatos passaram o dia ontem em campanha. Pimenta e Cabral estiveram no plenário, cumprimentando muitos peemedebistas. Cardoso trancou-se em seu gabinete, onde recebeu dezenas de constituintes do seu partido.

Todos disseram que tinham chances de vitória. Quando lhe disseram



Os candidatos a relator da Sistematização se reúnem com Covas e lideranças partidárias na Câmara e Senado

que Cabral tinha o apoio de Covas e Pimenta o de Ulysses, Cardoso respondeu bem-humorado: "Bom, espero ter o apoio das bases". Pimenta disse que seu trunfo será a bancada de Minas que, segundo ele, decidiu apoiá-lo. Mais reticente, Cabral disse apenas que esperava "o voto dos amigos".

Cardoso, Cabral e Pimenta também concordaram numa coisa: o relator eleito pela bancada deverá designar outros membros da Comissão de Sistematização para ajudá-lo nesse trabalho.

O resultado da disputa era ontem indefinido. Os peemedebistas que se uniram para eleger Covas para a liderança do partido dividiram-se nesta disputa. Assim, o senador José Richa (PR) apóia Cabral e os deputados Fernando Lyra e Cristina Tavares (PE) estão com Cardoso.

Cardoso volta a defender co-relatoria

Da Reportagem Local

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), 55, voltou a defender anteontem, no programa "Brasil Constituinte", da TV Manchete, a idéia da criação de dois cargos de relator para a Comissão de Sistematização do Congresso constituinte. Cardoso acha que "como o relator não terá idéias próprias mas deverá refletir o conjunto dos constituintes, seria útil para o processo democrático que houvesse dois relatores". "Precisamos acabar com o estrelismo, devemos nos acostumar a trabalhar em equipe", acrescentou. Os deputados Pimenta da Veiga

(PMDB-MG) e Bernardo Cabral (PMDB-AM), concorrentes de Cardoso a disputa pelo cargo, também participaram do programa.

Cabral disse ser contra a existência de dois relatores porque "seria muito difícil de se compatibilizar. Cobra de duas cabeças, não se sabe para onde vai". Já Pimenta afirmou que "se houver um caminho de enfrentar as dificuldades regimentais, essa possibilidade pode ser discutida".

Cardoso disse ainda disse que durante a preparação do regimento interno do Congresso constituinte, do qual foi relator, lutou contra a criação de uma "comissão geral", como a Comissão de Sistematização.

Ulysses inaugura "Diário da Constituinte"

Fábio M. Sales

Com um pronunciamento de quatro minutos, o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 70, inaugurou ontem o informativo sobre o Congresso constituinte, que as emissoras de rádio e TV estão obrigadas a veicular, duas vezes por dia, de segunda a sexta-feira, enquanto durar o trabalho



Logotipo do programa que foi ao ar ontem

de elaboração da nova Constituição. Ulysses disse em seu pronunciamento que os programas servirão como uma prestação de contas do trabalho constituinte e convidou cada cidadão a enviar suas sugestões ao Congresso constituinte, através de

entidades representativas ou propostas subscritas por trinta mil pessoas. O deputado afirmou que a Constituição "há de ser a mudança e gravitará na órbita da mudança". Após dizer que algumas "mudanças estruturais" já foram realizadas,

Ulysses afirmou que mesmo não dando resposta a "todas as carências" do país, a nova Constituição será mandatária de imperativo progressista aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para que se avance no rumo das transformações exigidas pela sociedade".

Cada informativo sobre o Congresso constituinte tem a duração de cinco minutos, e as rádios podem apresentá-lo entre as 7h e 9h e entre 12h e 14h. As emissoras de TV podem divulgar o informativo entre as 12h e 14h e entre 19h e 22h. As emissoras de rádio apresentarão também, durante trinta minutos, dentro do horário do programa "A Voz do Brasil" (apresentado das 19h às 20h, de segunda a sexta, em cadeia nacional), o programa "A Voz da Constituinte".

A partir de hoje, o primeiro informativo do dia enfocará os trabalhos das comissões e subcomissões durante a manhã. No segundo, serão mostrados os debates em plenário. A edição dos programas e geração de

imagens para TV serão feitos pela Radiobrás. Ao lado de vinte funcionários da Radiobrás, trabalharão outros setenta das assessorias de Relações Públicas e Comunicação da Câmara e do Senado. A Empresa Brasileira de Notícias está encarregada da transmissão dos programas radiofônicos. A Mesa do Congresso constituinte centralizará o trabalho destas empresas e das assessorias da Câmara e do Senado.

Parlamentares já apresentaram mais de quinhentas propostas para a nova Carta

Da Sucursal de Brasília

Já são 551 as sugestões e propostas encaminhadas ao Congresso constituinte. Ontem, às 15h45, em uma das alas da biblioteca da Câmara, o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 70, presidente do Congresso constituinte, assinou os ofícios enviando as primeiras 227 sugestões e subcomissões.

Nas mais de quinhentas propostas, há sugestões sobre praticamente todos os temas que serão debatidos durante os trabalhos constituintes, da reforma tributária ao papel das Forças Armadas. As propostas poderão chegar a seis ou sete mil, de acordo com a Secretaria Geral da Mesa do Congresso constituinte. A partir de hoje, e até 23 de abril quando se encerra o prazo para apresentação das sugestões, Ulysses Guimarães deverá despachar diariamente as propostas às subcomissões.

O governador alagoano Fernando Collor de Mello (PMDB) é o responsável pela primeira sugestão, registrada no dia 16 de março último. Ela revê uma proposta constitucional para impossibilitar a existência dos marajás" (funcionários públicos que recebem altos salários). A proposta veda aos Estados, Distrito Federal, municípios e Territórios a criação de formas de remuneração, os seus servidores, distintas das do nacionalismo federal.

A proposta do governador alagoano é, por enquanto, a única não apresentada por um parlamentar. Segundo o parágrafo 11 do artigo 13 do regimento do Congresso constituinte, além dos deputados federais e senadores, podem apresentar sugestões as Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores, tribunais e "entidades representativas de segmentos da sociedade". A sugestões de Collor de Mello foi aceita como sendo oriunda de "entidade representativa", no caso, o governo de Alagoas.

Há constituintes que enviaram dezenas de sugestões, muitas delas ainda não catalogadas pela Mesa. Entre estes estão os deputados Morazildo Cavalcanti (PMDB-RO), Antônio Salim Curiati (PDS-SP), Nilson Gibson (PMDB-PE) e o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ). Curiati, além de sugerir a extinção dos partidos políticos após a promulgação da nova Constituição, apresentou duas propostas, contraditórias entre si, para a idade de inscrição dos eleitores. Pela primeira, teriam direito a voto os maiores de dezesseis anos. Pela segunda, só os maiores de dezoito anos.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) quer que o país não mantenha relações diplomáticas nem assinem tratados ou acordos com países "que desrespeitem os direitos humanos". E dois deputados pefelistas de

São Paulo, Ricardo Izar e Agripino de Oliveira, tratam do corpo humano após a morte. O primeiro sugere que os cadáveres sejam utilizados para transplantes, "desde que não haja declaração última de vontade". O segundo propõe que todos os cidadãos sejam considerados "doadores naturais".